

EXTRA

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

ANO IV — SÃO PAULO, JANEIRO DE 1960 — N.º 32

Em Defesa da República

Excelência:

Senhor Presidente da República

Dirigindo-nos a Vossa Excelência, que ocupa a mais alta magistratura da Nação, pretendemos também, ao abrigo da Constituição, fazer as nossas reclamações e conosco — estamos convencidos — as da grande maioria do Povo Português.

Foi com estupefacção que lemos, no dia 1 do corrente, comemorativo da Restauração da independência da Pátria, uma mensagem do Senhor General Benard Guedes, «lugar-tenente do Senhor D. Duarte», em que se denunciavam, ainda que em termos mal explícitos, os graves perigos que ameaçam a grandeza do País, constituída em terras e gentes distantes; se constata o sentimento público de intranquilidade pelo dia de amanhã; e se subentende um apelo às forças armadas para que restaurem a monarquia.

Estas afirmações e incitamentos subversivos foram proclamados largamente na Imprensa, não obstante o rigoroso regime de censura a que ela está sujeita, depois de anunciada num palácio construído com o beneplácito do Estado, num remedeo de côrte e com a assistência dum Ministro da República, quer dizer, com a conveniência múltipla das autoridades e dum membro do Governo, que Vossa Excelência nomeou.

Para mais gravidade, acresce que este mesmo ministro do Governo da República é membro do conselho do lugar-tenente, como a imprensa monárquica recentemente informou.

Tais factos e nesta circunstâncias, que revoltam a consciência dos cidadãos e abalam os fundamentos lógicos em que assenta a vida nacional, tiveram uma consequência imediata e inevitável: agravaram até ao desespero a inquietação do Povo Português. Muitos se perguntam e nos perguntam: como pode um general, que jurou fidelidade à Constituição da

República, com a aprovação tácita do Governo, dirigir-se ao Exército e advogar a pronta restauração da monarquia, como único meio de salvação nacional, na vigência da mesma República, que Vossa Excelência representa?!

Não será — dizem-nos — chegada a hora de fazer um apelo ao Chefe do Estado e das Forças Armadas para que evite, se ainda é tempo, uma dramática divisão entre os Portugueses, que lance o País na guerra civil, comprometendo, quem sabe se por forma irremediável, a conservação do património histórico, que faz a grandeza e está na base da nossa independência de Nação?

Permitimo-nos transmitir a Vossa Excelência estas vozes clamorosas, partidas de vários sectores, já que é impossível fazerem-se ouvir através dos seus condutos naturais, as assembléias públicas e Imprensa.

Dentro desta ordem de ideias, com uma das afirmações do senhor General Benard Guedes estamos de acordo: os interesses e anseios da comunidade nacional requerem «a efectiva participação popular nos actos da administração e na sua respectiva participação popular nos actos da administração e na sua respectiva crítica».

Mas, em nome da maioria dos cidadãos portugueses, podemos afirmar que a unidade nacional indispensável à defesa do seu património não pode levar-se a cabo, sob a égide do regimen, que as Forças Armadas depuseram ou se negaram a defender em 5 de Outubro de 1910, como repeliram, em perfeita comunhão com o Povo, as incursões de 1911 e a rebelião de Monsanto.

Apenas o esclarecimento total e imediato dos perigos que ameaçam a Nação na sua integridade; a discussão pública e livre desses problemas entre todos os cidadãos interessados; e a aceitação esclarecida dos sacrifícios exigidos para resolvê-los, por consequência, dentro dum

regimen democrático, representativo e liberal, podem atingir aquele objectivo indispensável e urgente.

Os signatários não reconhecem na monarquia a panacea da salvação nacional. Não foi uma instituição que fundou a Nação, mas, sim, a vontade de todo um povo de tornar-se independente — verdadeira força que permitiu à grei organizar-se em Estado.

O povo criou as bases duma economia própria e adaptou a comunidade marítima à sua função ultramarina; com o povo se formou uma sensibilidade e uma língua próprias; o povo venceu em Aljubarrota; o povo tripulou os navios do Descobrimento. E se as origens do Estado Português se confundem, é certo, com a instituição monárquica, essa convergência foi possível apenas enquanto a monarquia se apoiou e inspirou nas classes populares, que faziam ouvir altivamente a sua voz e davam o seu consentimento em Côrtes.

Também agora, sem livre consenso popular, não pode realizar-se a unidade de esforços que a perturbada situação interna e externa de momento demanda.

Mas, aberto o precedente duma proclamação tornada pública, após solene conclave e assentimento dos mais graduados representantes da Causa Monárquica, os republicanos e democratas portugueses vêm renovar, agora, perante Vossa Excelência, e para que o País o saiba, o requerimento que a 1 e 16 de Maio deste ano dirigiram ao Senhor Ministro da Presidência, e por ele indeferido, de realizar um congresso, no qual definam democraticamente uma política de ampla tolerância e compreensão, e de alternativa para a actual e gravíssima situação portuguesa; e que lhes seja facilitada, da mesma forma, a publicidade desta representação, na Imprensa diária.

Eis o que pretendem os signatários, representando a Vossa Excelência, e com

eles — estamos certos — a maioria do Povo português.

A BEM DA NAÇÃO

Lisboa, 19 de Dezembro de 1959.



Assinaram 185 individualidades, entre as quais:

António Luiz Gomes, membro do Governo Provisório da República e antigo embaixador no Brasil; Jaime Cortesão, médico, escritor e antigo deputado; Mário de Azevedo Gomes, professor universitário e antigo ministro; Helder Ribeiro, coronel e antigo ministro; Eduardo Santos Silva, médico e antigo ministro; Nuno Simões, advogado e antigo ministro; Alberto Moura Pinto, advogado e antigo ministro; Aquilino Ribeiro, escritor; António de Macedo, advogado; Arnaldo Veiga Pires, médico; Mário Cal Brandão, advogado; Eduardo Ralha, advogado; Alberto Saavedra, professor universitário; Carlos Cal Brandão, advogado; Teófilo Carvalho Santos, advogado; Eduardo Souza Figueiredo, advogado; António de Oliveira Braga, advogado; Victor de Sá, licenciado em Letras; Guilherme Branco, advogado; Lino Lima, advogado; Fernando Vale, médico; Adolfo Correia da Fonseca, médico; Fernando Lopes, advogado; Vasco da Gama Fernandes, advogado; Alberto Ferreira, advogado; Serafim Lopes Pereira, médico; Manuel Mendes, escritor; F. Ramos da Costa, comercialista; Gustavo Soromenho, advogado; Mário Soares, advogado; Níkiás Skabinakis, pintor; Raul Repo, jornalista; Duarte Vidal, advogado; Carlos Pereira, médico; Fernando Piteira Santos, publicista; Armindo Rodrigues, médico e escritor; José dos Reis, médico; Artur Portela Filho, jornalista; Álvaro Spelma, jornalista; João da Silva, escultor; Santana Quininha, jornalista; Cesar dos Santos, jornalista; Carlos Veiga Pereira, jornalista; Rogério de Freitas, escritor; Antunes da Silva, escritor; Alves Redol, escritor; Fernando Namora, escritor; Manuel Alpedrinha, jornalista; Alfredo Noales, jornalista; Correia da Fonseca, jornalista; Fernando Homem de Figueiredo, ferroviário; Fernando Abranches Ferrão, advogado; Arlindo Vicente, advogado; Constantino Fernandes, advogado; Fernando Mayer Garção, advogado; Joaquim Bastos, advogado; Ramon de la Feña, médico; Nuno Rodrigues dos Santos, advogado; José de Mazalhães Godinho, advogado; Agostinho Sá Vieira, advogado; Acácio Gouveia, advogado.

NOTA DA REDAÇÃO — O importante documento que nesta edição especial de "Portugal Democrático" reproduzimos acaba de nos ser enviado de Portugal e ao mesmo faz referência o nosso correspondente em Lisboa.

NOVA FUGA DE PRESOS POLÍTICOS

Depois da sensacional evasão do Capitão Henrique Galvão e do asilo político que a este líder foi concedido, assim como ao Major Luís C. Calafate e ao dr. Rodrigo de Abreu, apesar da perseguição que a todos foi movida por centenas de agentes da PIDE, novas fugas se registraram no grande campo de concentração salazarista.

O regime, de apodrecido, começa caindo aos pedaços. Da prisão de Elvas, fugiram há semanas, o capitão Almeida Santos e o alferes Jacques Valente, graças à cumplicidade de uma sentinela; até hoje, as notícias sobre a sua recaptura continuam ainda contraditórias.

Não tardou que mais dois democratas — os srs. Jaime Neto e Fernando Miguel da Silva Porto — se evadissem quando aguardavam julgamento, embora posteriormente, por não terem encontrado embaixadas que os recebessem, viessem a cair lamentavelmente nas mãos da PIDE.

Dir-se-ia que a «gestapo» lusa emperrou. E' o que deduzimos dos telegramas que a seguir reproduzimos, exatamente como foram publicados na Imprensa Brasileira:

10 Fugas de Peniche

LISBOA, 5 (AFP e UPI) — Informações de fonte fidedigna confirmam que se eleva a dez o numero dos detidos que se evadiram da fortaleza de Peniche, prisão do Estado português situada a uns 100 km. ao norte de Lisboa. Trata-se de detidos políticos que teriam conseguido fugir com a cumplicidade de um dos carcereiros, soldado da Guarda Republicana, que também com eles desapareceu dentro de dois automóveis que a todos esperaram nas proximidades da penitenciária.

Entre os homiziados encontra-se o dirigente comunista Alvaro Cunhal, que se encontrava preso desde março de 1949. Descendente de rica família, Cunhal estudou advocacia, tendo abandonado posição e relações sociais para se filiar ao PC português, há mais de 30 anos declarado ilegal pelas autoridades, do qual chegou a ser secretário-geral.

4 FUGAS DO PORTO

LISBOA, 6 (AFP) — Quatro detentos políticos fugiram da prisão central do Porto. Três deles aguardavam julgamento por atividades subversivas, e o quarto cumpria uma pena de prisão de dois anos por delitos políticos.

FUNDADA A EDITORIAL DOS DEMOCRATAS PORTUGUESES DO BRASIL

Aproveitando a oportunidade desta edição extra de Portugal emocrático, damos aos nossos assinantes, leitores e amigos a feliz notícia de que acaba de ser fundada em São Paulo uma cooperativa editorial, cujo objetivo essencial será o de publicar os textos que possam servir a Causa da Democracia Portuguesa.

Podemos afirmar que o êxito do empreendimento está inteiramente garantido e o original do primeiro volume foi já entregue na tipografia. Trata-se do extraordinário documento em que o grande escritor Aquilino Ribeiro faz a sua defesa, demolindo completamente as insidiosas acusações dos «juizes» de Salazar. O volume terá cerca de 200 páginas e os nossos assinantes e leitores poderão adquiri-lo na Administração de «Portugal Democrático» pelo preço excepcional de Cr\$ 70,00; os interessados podem e devem, desde já, fazer os seus pedidos.

Também será posta à venda por estes dias, em edição da nova cooperativa, a coleção de seis postais com o «rato».

Primeira Conferência Sul-Americana Pró-Anistia aos Presos políticos espanhóis e portugueses

De toda a América Latina, continuam chegando à comissão coordenadora da Primeira Conferência Sul-Americana, marcada para 22, 23 e 24 de janeiro em São Paulo, as mais significativas adesões. Não restam dúvidas de que será uma das mais importantes manifestações realizadas nos últimos anos em todo o Mundo, no que se refere ao combate às ditaduras fascistas de Franco e de Salazar.